

Brasil não alarma europeus

FROTA NETO
Correspondente

Genebra — As praças financeiras da Europa, têm, até agora, reagido com calma e serenidade à decisão do governo do Brasil de renegociar com o **Clube de Paris** parte de sua dívida externa. Esse tipo de reação parece confirmar a indicação de que esses meios financeiros tinham “como certo” que cedo ou tarde este seria o “único caminho” a ser percorrido pelas autoridades de governo brasileiro.

Embora não haja nenhuma declaração pública ou formal relativa a esse propósito, o que se admite é que esses mesmos meios financeiros julgam que o Brasil está recorrendo muito tardia e lentamente aos mecanismos de “socorro” do sistema internacional. A primeira crença é de que a renegociação, na fátia que está sendo feita (dívida com governos) e no seu total, deveria ter sido realizada “antes” e “em melhores” condições.

Por tal pressuposto, o Brasil deveria ter iniciado, e completado sua renegociação, tida como inevitável, antes da quebra de México no final do ano passado e nas condições de um nível de importância esgotado, como aconteceu. Mas esses mesmos meios (mais

uma vez sem anotar qualquer declaração) compreendem “as razões” porque o encaminhamento do problema foi feito tal como aconteceu: o governo do Brasil adiou, enquanto pôde, os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional muito especialmente devido à importância das eleições de novembro do ano passado.

Ora, é precisamente o “fator



Delfim

político” mais do que o “fator brasileira nos meios especializados. Sobre o “fator financeiro” é líquido e certo nas análises que o Brasil não poderá “salvar-se” sem a “solidariedade” dos parceiros do primeiro mundo, especialmente dos Estados Unidos. Como último recurso, essa “solidariedade” não faltará. Mas as agências internacionais, (FMI à frente como representante do seu conjunto), estão exigindo programas de “austeridade” econômico-financeira para dar sustentação a esses programas “de salvamento”. Em suas execuções, tais programas têm embutido áreas e focos de tensões sociais, com conotações políticas que podem vencer as margens atualmente delimitadas e respeitadas.

Mesmo tendo à frente o núcleo da informação de que o processo sucessório presidencial é dado como indireto (o que reduz o grau de incerteza quanto à lista dos postulantes prováveis à chefia do governo), as atenções são efetivamente centralizadas nas manifestações públicas de integrantes das oposições. Portanto, no desdobramento político interno sobre a evolução da negociação da dívida e do conjunto da situação financeira, eco-

nômica e social do Brasil.

Tanto é assim que ao mesmo tempo em que se anunciava a decisão do governo de renegociar com o **“Clube de Paris”** (“O Brasil fará o máximo para respeitar seus engagements”, eis a palavra de ordem enfatizada) se anotava três gestos das oposições: 1 — O pronunciamento do governador fluminense Leonel Brizola de que “o Governo deve se recusar a ser explorado” e admitindo ser favorável à declaração de moratória unilateral; 2 — O discurso do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, apresentando o que seria o “plano econômico” alternativo dessa “frente de oposições” elaborado sob a espinha dorsal do pensamento econômico de Celso Furtado; e, finalmente, mas não por último as expectativas de “acomodações” políticas internas quanto às negociações com o exterior a ser dada pelo resultado da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei 2.045 (redução dos salários), aqui anunciado como “tendo provocado um começo de agitação social, particularmente em São Paulo”. O presumido aqui é de que o Governo, com a “cumplicidade” de moderados das oposições obterá sua aprovação.